

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL-PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i>	
<i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i>	
<i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i>	
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
<i>Alessandro Alves</i>	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i>	
<i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	353

PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO

Joani Paulus Covaleski

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

Frederico Westphalen– Rio Grande do Sul

Fabiane Viera Romano

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

Santa Maria – Rio Grande do Sul

Luis Guilherme Aita Pippi

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

Santa Maria – Rio Grande do Sul

Wellerson Pessotto

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

Santa Maria – Rio Grande do Sul

RESUMO: A composição do tecido urbano tem uma gama diversificada de itens, que trazem plenitude para a experiência da cidade. Com ênfase no conforto, o lazer e a caminhada evocam a relação dos parques urbanos com a locomoção de pedestres. A caracterização desses espaços em termos de sua cobertura na área e seu raio de atendimento deve estar de acordo com as necessidades ditadas pela

população, buscando-se, assim, avaliar, por meio de pesquisa exploratória, a disponibilidade de caminhada dos usuários e a relação que deve com a proposta de parques urbanos, uma vez que ambos são promotores de melhores condições de vida nas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Parque urbano; Raio de atendimento; Caminhada.

PLANNING FOR ELABORATION OF AUXILIARY GUIDELINES FOR THE INSERTION OF URBAN PARKS: ANALYSIS OF THE USER'S WALK LAYOUT

ABSTRACT: The composition of the urban fabric has a diverse range of items, which bring fullness to the city's experience. With emphasis on comfort, leisure and walkability evokes the relationship of urban parks with pedestrian locomotion. The characterization of these spaces in terms of their coverage in the area and their service radius should be in accordance with the needs dictated by the population, in this way it was sought to evaluate, through exploratory research, the availability of users' walk and the relation that must with the proposal of urban parks, since both are promoters of better living conditions in the cities.

KEYWORDS: Urban park; Service radius; Walking.

1 | INTRODUÇÃO

A malha urbana, constituída pelo conjunto de construções, variando dentre prédios, residências e espaços livres com diversas classificações tipológicas pode ter características induzidas pelos elementos regionais e culturais, que também são alterados conforme a sociedade, num fluxo constante.

Tratando-se da vida cotidiana dos cidadãos, é possível verificar a estreita relação e o importante papel que o sistema público de espaços livres desempenha ao fornecer múltiplos usos à comunidade, sendo espaços para atividades recreativas com contato com a natureza, e que amenizam os impactos ambientais existente no conjunto urbano, propiciando melhorias palpáveis na qualidade de vida.

Existentes como elementos integrantes do sistema de espaços livres, as áreas de lazer e recreação conforme salientado por Pippi et al. (2011) são conformadas por parques, praças, calçadões, largos, ruas, passeio públicos, campos de futebol, balneários e praias. Dando ênfase aos parques urbanos, Maymone (2009) descreve-os como espaços que possuem dimensões significativas, de modo que possam contemplar diversos usos e funções, relacionados às questões ambientais, recreativas e aos aspectos sociais. Intimamente ligados com as cidades, estes tornam-se equipamentos cuja finalidade é promover a integração da natureza com o meio construído, na tentativa de haver a reprodução de um ambiente natural na malha urbana.

Torna-se claro que, para chegar a um correto planejamento urbanístico os responsáveis devem compreender a importância da visualização do perfil e das necessidades da comunidade e como sua relação direta com os elementos a serem inseridos no espaço público. Observa-se ainda que aliar os aspectos humanos e legislativos na implantação de parques urbanos é umas das lacunas ainda existentes no planejamento das cidades. Este aspecto, que contribui para a crescente existência de parques e praças em desuso, fora das necessidades sociais, normas brasileiras e em contradição com as características de um urbanismo sustentável necessário ao século XXI, também influencia na demora dos processos de aprovação e ajustes destes espaços.

Para tal problema, propõe-se buscar a criação de uma ferramenta para auxílio metodológico na projeção e implantação de parques urbanos para cidades de médio porte, a fim de que esta possa auxiliar na implementação dos itens dispostos em legislação bem como na consulta e observação de necessidades ditas pela comunidade em questão. Desta forma, inicialmente buscou-se avaliar, por meio de pesquisa exploratória, a disponibilidade de caminhada de usuários e a relação com a proposição de parques urbanos e espaços públicos para locomoção.

Desenvolvido na disciplina de Planejamento da Paisagem e Usos Antrópicos da Paisagem Urbana (pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo – UFSM), o questionário piloto, para caracterização e avaliação de parques urbanos, proposto com 15 perguntas de múltipla escolha, e 1

dissertativa, tendo como premissa trazer às claras a relação entre o planejamento de parques urbanos e os desejos da comunidade.

Buscar informações a respeito da disposição dos usuários à caminhada e como são propostos os raios de atendimento com base nas necessidades urbanas e nas distâncias de percurso, também é objetivo deste trabalho, servindo assim como parte avaliativa da necessidade de conversação entre a comunidade e o poder público, e a literatura existente, de forma amostral para sequência em dissertação de mestrado em desenvolvimento pela autora.

2 | CAMINHABILIDADE E PARQUES URBANOS

De acordo com Pacheco (2001) o conceito de bairro foi popularizado como uma simples divisão espacial de uma cidade, chamados por conveniência em acordo com os grupos incorporadores. Assim, o termo busca designar um espaço na cidade cujo conjunto de pessoas partilhem de uma identidade ou sentimento de pertencimento. Estas características, aplicam-se não somente ao conjunto de ruas e residências, mas também ao sistema de espaços livres necessário ao suporte da vida no conjunto.

A caminhabilidade de um bairro mede se o design da comunidade incentiva ou inibe a caminhada. Por exemplo, a falta de uma calçada pode tornar a caminhada insegura, e uma rede de ruas desconectada pode desencorajar a caminhada. Por outro lado, ter lojas de varejo perto de onde as pessoas vivem e fornecer ruas conectadas aumenta a probabilidade de uma pessoa incorporar a caminhada nas rotinas diárias. (MARSHALL; BRAUER; FRANK, 2009).

Pode-se definir unidade de vizinhança, em acordo com Mumford (2000) e Rego (2017), como um espaço na cidade que é capaz de acomodar organicamente os itens necessários para o bom funcionamento de, no mínimo, uma escola primária, de modo que não seja necessário o deslocamento de nenhuma criança além de aproximadamente 800 metros. É salientado também que uma unidade de vizinhança acolha parque e área de lazer, e pequenas lojas necessárias ao ambiente residencial promovendo um comércio local.

Uma vizinhança, em seu contexto urbanístico, busca minimizar as distâncias necessárias para a obtenção de itens básicos a vivência na cidade. Estimulando menor deslocamento e por consequência menor necessidade de meios de transporte ou automóveis, proliferando uma locomoção mais sustentável através de modais alternativos tais como ciclovias, ciclofaixas, ruas compartilhadas e pistas multiusos, cuja base seja uma fonte não poluidora.

Com base nos conceitos exibidos para áreas urbanas, Kliass e Magnoli (2006) catalogam os parques urbanos em 4 classificações (de acordo com tamanhos e usos), com raios de atendimento conforme apresentado na tabela 1:

Modalidade de espaço livre de lazer e recreação	Raio de Atendimento
Parque de vizinhança	≤500m
Parque de bairro	≤1.000m
Parque setorial	≤5.000m
Parques metropolitanos	<5.000m

Tabela 1: Raio de atendimento de espaços livres de lazer e recreação.

Fonte: Adaptado de Kliass; Magnoli (2006).

Tratando-se dos tipos de parques urbanos que são mais comumente encontrados em cidade de médio e pequeno porte, têm-se Parques de Bairro e Parques de Vizinhança. Mascaró (2008) cataloga quanto as dimensões mínimas de um Parque Urbano, as seguintes áreas apresentadas na tabela 2:

Modalidade de espaço livre de lazer e recreação	Área
Parque de vizinhança	≥600m ²
Parque de bairro	≥5.000m ²

Tabela 2: Áreas de modalidades de espaços livres de lazer e recreação.

Fonte: Adaptado de Mascaró (2008).

Ao trazer esta metodologia a projeção dos parques de vizinhança e de bairro temos a seguinte planificação de suas áreas mínimas e raios de atendimento máximos:

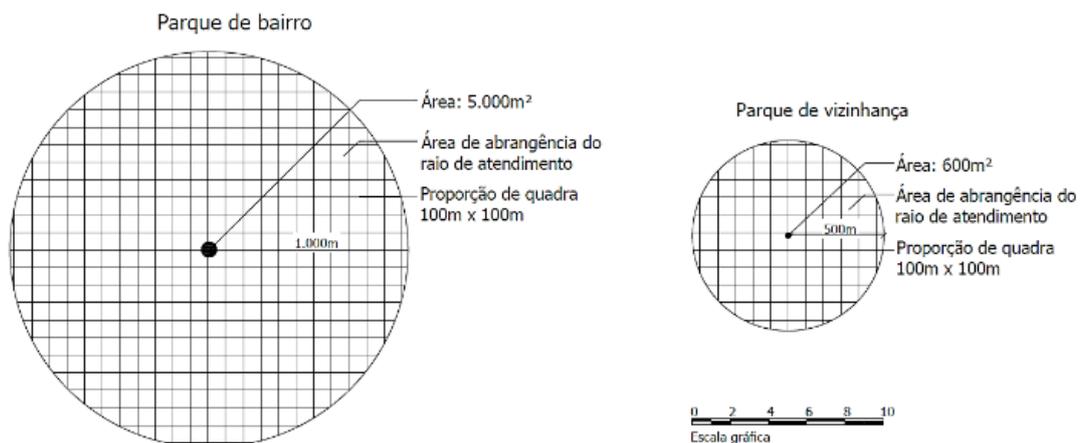


Figura 1: Área mínima e raio de atendimento máximo de espaços livres de lazer e recreação.

Fonte: Adaptado de Kliass; Magnoli (2006) e Mascaró (2008).

Correlacionando as disposições propostas, em função das áreas de cada tipologia e de seus raios de atendimento, com base em um estudo realizado por Novaes, Miranda e Dourado (2011) em que a velocidade média obtida de uma caminhada leve varia entre 4,15 km/h e 4,53 km/h. Pressupõe-se assim que a cada 05 minutos o ser

humano percorre aproximadamente uma distância de 0,375km, em 10 minutos tem-se 0,750 km e em 30 minutos 2,250 km.

Ao considerar-se que em acordo com as sugestões de áreas mínimas e raios de atendimento máximos, os parques deveriam encontrar-se a distâncias e períodos de locomoção peatonal conforme apresentado em tabela 3 abaixo:

Modalidade de espaço livre de lazer e recreação	Distância de caminhada	Tempo aproximado de caminhada
Parque de vizinhança	≤1.000m	Até 10 minutos
Parque de bairro	≥1.000m	Entre 15 e 30 minutos
Parque setorial	>10.000m	> 120 minutos

Tabela 3: Distâncias e tempo aproximado de caminhada de áreas verde.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base neste cruzamento de dados, observando como deve ser a relação e a existência de parques na malha da cidade, o tempo aproximado de caminhada compila uma distância adequada em função das dimensões de cada tipo de parque. É necessário atentar que desta forma, ao planejar e projetar áreas verdes com esse porte, devem ser considerados formas de locomoção alternativas, viabilizando uma mobilidade sustentável, feita através da utilização de ciclovias e de transportes coletivos.

3 | AVALIAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE CAMINHADA A PARQUES URBANOS

Agregando as considerações previamente apresentadas à disciplina de Planejamento da Paisagem e Usos Antrópicos da Paisagem Urbana, desenvolveu-se o questionário “Avaliação e Caracterização de Parques Urbanos”. Contendo 15 perguntas de múltipla escolha, e 1 dissertativa acerca do tema, o mesmo foi disponibilizado e promulgado por meio de redes sociais, de e-mail e redes de compartilhamento, visando a fácil disseminação de ideias que estes meios possibilitam.

O período de disponibilidade para participação compreendeu os dias 25/04/2018 a partir das 11:30h (horário de Brasília) a 6/05/2018 até as 19:00h (horário de Brasília). Com o propósito de localizar o respondente no assunto, foram inseridas informações sobre o tema da pesquisa, assim como perguntas de gênero, idade e localização, a fim de haver a possibilidade de cruzamento de dados. A tabela 4 apresenta as perguntas do questionário disponibilizado:

AVALIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE PARQUES URBANOS

1	Gênero:
2	Faixa Etária:
3	Seu nível de escolaridade:
4	Endereço:
5	Há parques na cidade em que você reside?
6	Você visita ou já visitou algum parque?
8	Em que dias da semana você vai ao parque?
9	Em que turnos costuma ir ao parque:
10	Você costuma ir acompanhado de:
11	Por quais motivos você utiliza um/o parque?
12	Para realizar quais atividades você vai ao parque?
13	Quais equipamentos e/ou mobiliários você julga necessários em um parque?
14	Quais elementos naturais você considera importantes em um parque?
15	Para chegar a um parque, quanto tempo você se dispõe a caminhar:
16	Para você, o quanto é importante a existência de parques nas cidades? Por quê?

Tabela 4: Perguntas do questionário disponibilizado

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa experimental realizada através da plataforma on-line *Survio*, obteve 96 respondentes nesse período, e foi possível constatar que dentre os participantes 76% eram do sexo feminino e somente 24% do sexo masculino. Realidade que pode ser ocasionada em função de que as redes sociais possuem maior porcentagem de pessoas do sexo feminino, variando entre 53% e 58%. No gráfico abaixo é possível constatar a divisão entre as faixas etárias de respondentes:

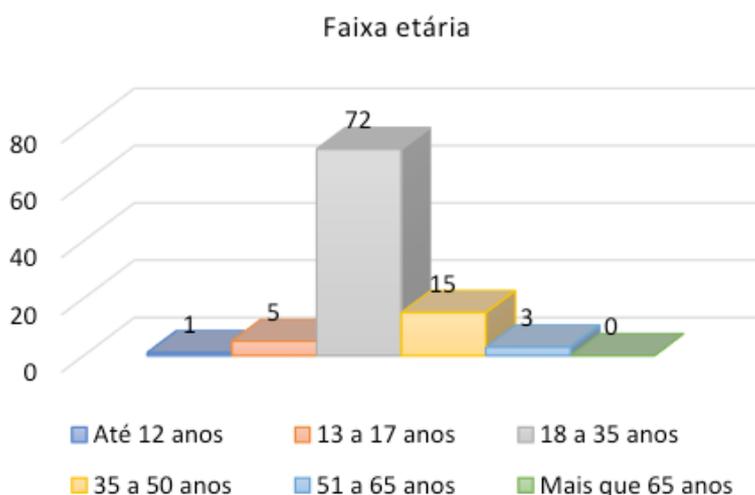


Gráfico 1: Número de respondentes por faixa etária.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com a maioria pertencente a faixa correspondente entre 18 a 35 anos, seguida da faixa que compreende 35 a 50 anos, conclui-se que 89 % o público alcançado já

pertencia a fase adulta. Outro item que cabe ser ressaltado a fim de contextualizar as respostas obtidas, é a região da qual obteve-se respondentes, apresentada através da Figura 1:



Figura 1: Área de abrangência de respondentes.

Fonte: Adaptado de Google Imagens.

O público apresentou-se localizado na região noroeste do estado, tendência influenciada pela rede de contatos da autora, não abrangendo nenhuma metrópole ou cidade de grande porte, perspectiva esta que pode ser alterada em futuros trabalhos, visando outros meios de disseminação do questionário.

Ao observar quanto tempo o respondente se dispõe a caminhar para chegar a um parque, obtiveram-se os dados apresentados no gráfico 2:

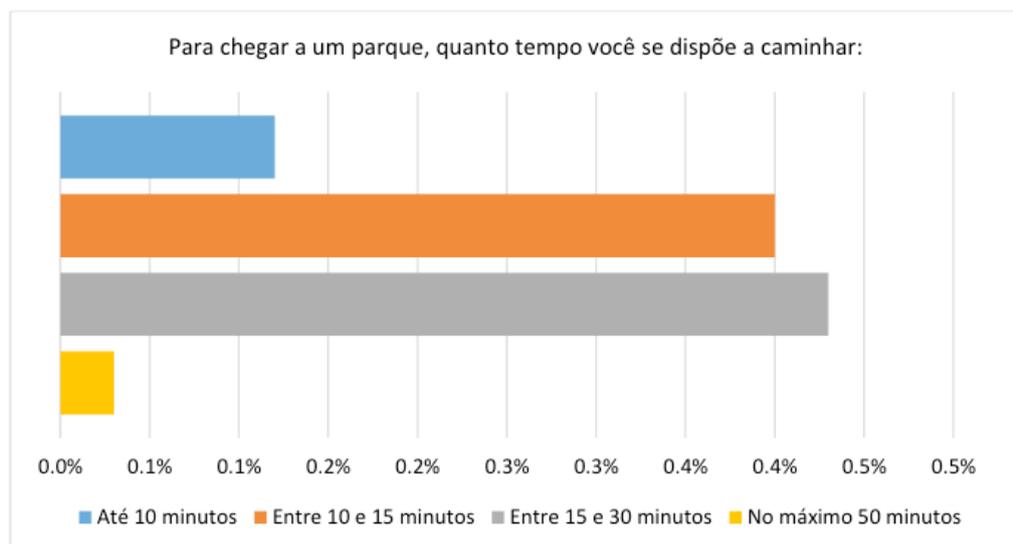


Gráfico 2: Tempo de disposição a caminhada para chegar a um parque urbano.

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível analisar que somente 12% se dispõe a caminhar até 10 minutos, tempo que equivale a uma distância de até 750 metros, todavia tem-se 40,6% que afirmam que caminhariam entre 10 e 15 minutos para chegar a um parque, aumentando as

distancias em até 1.200 metros.

Uma porção significativa de respondentes, equivalendo a 43,8% se dispõe a caminhar entre 15 e 30 minutos para chegar a um parque, distancia correspondente entre 1.200 metros e 2.250 metros. Apenas 3,1% deste público propôs-se a caminhar 50 minutos ou mais, computando desta forma uma parcela pouco efetiva da população, porém existente.

Cruzando estes dados com as faixas etárias, é possível verificar a diferença entre as opiniões, conforme o gráfico 3 apresenta, onde a faixa correspondente até 12 anos de idade não se mostra expressiva por conter apenas 1 respondente deste grupo.

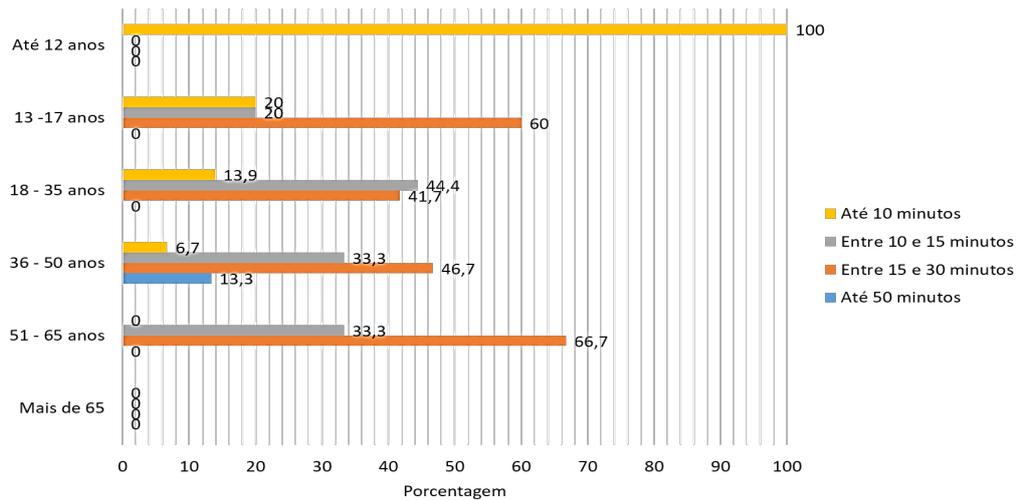


Gráfico 3: Tempo de disposição a caminhada por faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, quando se leva em consideração o cruzamento dos dados com o gênero dos respondentes, é verificável uma alteração na preferência da maior porção, conforme o gráfico 4 apresenta:

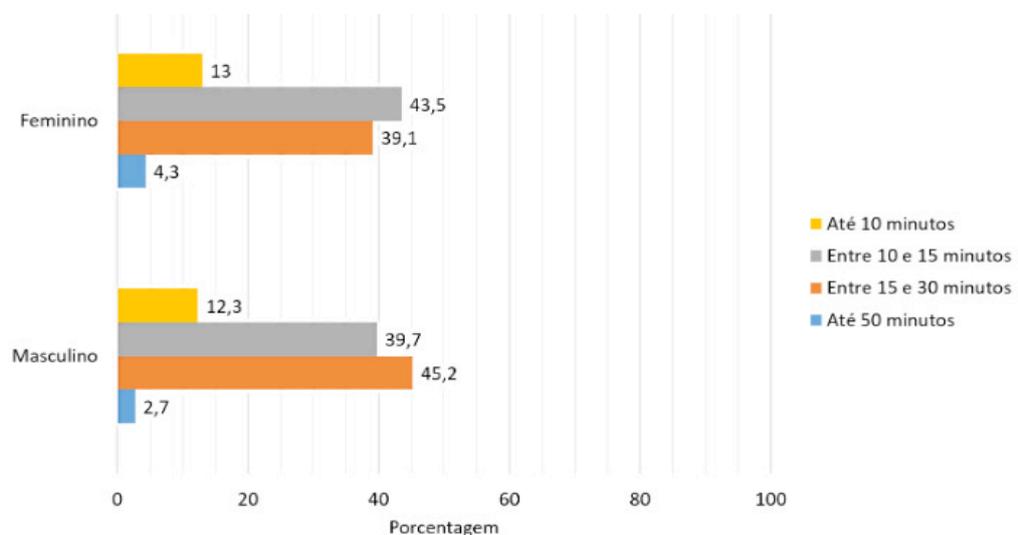


Gráfico 4: Tempo de disposição a caminhada por faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora.

O gênero feminino apresenta maior preferência em períodos de caminhada que compreendem de 10 a 15 minutos para locomoção até o um parque urbano, já o gênero masculino, propõe-se em maioria a caminhar entre 15 e 30 minutos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracterizando o lazer como um conjunto de atividades que são feitas pelo indivíduo em tempo livre de obrigações profissionais e familiares, cuja finalidade é haver repouso, divertimento e/ou formação desinteressada vemos que a responsabilidade de efetivar a existência de espaços que sejam propícios a prática do lazer e da recreação é de caráter público, devendo advir desde o planejamento dos bairros e cidades para que sejam atendidos todos os quesitos indispensáveis ao conforto e bem-estar humano.

Estas práticas em maioria são feitas em espaços livres e de uso comum, como praças e parques, ainda que em diversos tamanhos e configurações, estes espaços devem ser propostos e pensados a fim de contemplar os anseios e as necessidades dos usuários.

Sabendo-se que em decorrência do afastamento progressivo da natureza determinado pelo crescimento da urbanização e do novo conjunto de tarefas cotidianas que aceleram o ritmo de vida, há a alta valorização do tempo de folga e em consequência, tem-se como necessidade básica do ser o lazer, que acaba tornando-se também item englobado nas características de saúde básicas a serem fornecidas na própria cidade.

Constatado através da pesquisa exploratória, que a maior porcentagem do público respondente parcela equivalente a 84,4%, se dispõe a caminhar entre 10 e 30 minutos para chegar a um parque, as percepções sobre o aproveitamento máximo de tempo de lazer são elevadas, e enfatizam a necessidade de proposições acerca da caminhabilidade urbana.

Dentre as tipologias de parques e as proposições de seus raios de atendimento, é necessário relacionar quais aspectos precisam ser atendidos para determinada vizinhança ou bairro. Ao observar o tempo desejável de caminhada entre 10 e 15 minutos, aproximadamente 1.000 metros, é cabível propor parques de vizinhança cujas dimensões propõem-se em até 600m², existindo assim dentro do conjunto em adjacência e viabilizando a locomoção peatonal.

Quando desejável em maioria uma caminhada de 15 a 30 minutos, percorrendo aproximadamente 2.250 metros, a proposição de parques de bairro torna-se um item em maior coerência em razão de suas dimensões abrangerem uma gama de espaços e atividades maiores que as disponíveis em parques de vizinhança e praças. Todavia, o seu deslocamento ainda incentiva a caminhabilidade urbana, não sugerindo a utilização de veículo para locomoção e evitando o aumento nas fontes de poluição.

Ao propor parques cujas dimensões ultrapassem as distâncias de caminhadas supracitadas, é necessário atentar que estes espaços necessitarão de locomoção feita através de outra modalidade que não corresponderá a peatonal, sugerindo que seja feita através de veículos motorizados. Aliar a conjectura projetos para locomoções alternativas, viabiliza uma mobilidade sustentável, feita através da utilização de ciclovias e de transportes coletivos.

Ainda é possível considerar dentre os aspectos dos respondentes a importância da disposição a caminhada como forma auxiliar de controle e diminuição de poluentes em centros urbanos, apoiando o desenvolvimento de medidas para garantir uma boa mobilidade dentro da conjuntura urbana, devendo levar em consideração a zonas, atividades e os raios de atendimento necessários, tanto para edificações e empreendimentos quanto para parques e componentes do sistema de espaços livres.

Outra medida cabível de ser analisada é em relação ao deslocamento feito com o uso de bicicletas, aliado a ciclovias ou ciclofaixas, que podem reduzir ainda mais os períodos de locomoção aumentando a distância percorrida. Com a utilização de tipologias como esta, é possível promover o deslocamento de maneira sustentável a distâncias mais longas necessitando menos tempo, e evitando a emissão de poluentes efetivamente.

Cabe ainda, a futuros trabalhos, avaliar o quanto os passeios públicos influenciam na caminhabilidade aos parques urbanos, de modo a relacionar suas dimensões e raios de atendimento, tal como sua disposição e ligação com o sistema de espaços livres urbanos. A exemplo disto, para estudo inicial, propõe-se a observação de maneiras mais coerentes de ligação e disposição destes elementos dentro da malha urbana, a fim de buscar no decorrer da pesquisa, métodos que auxiliem esta inserção e conexão na conjectura urbana (figura 2).

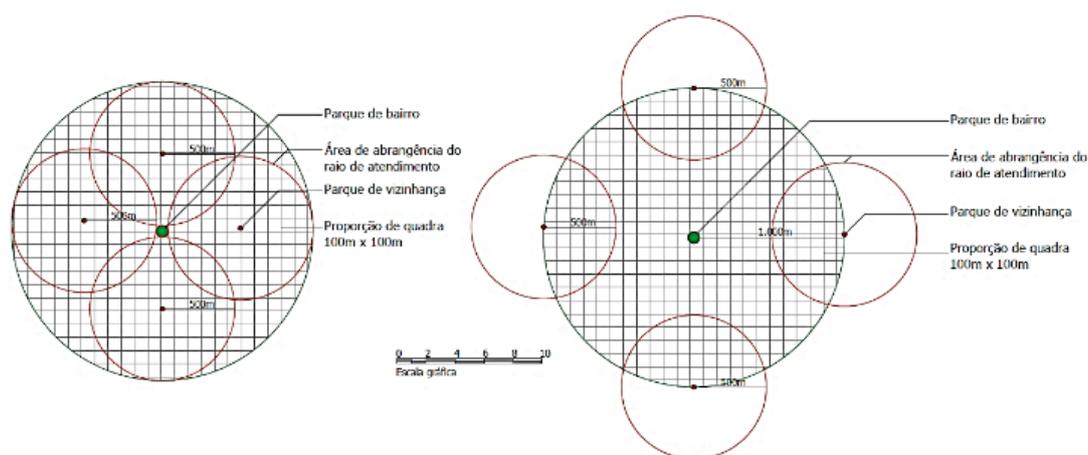


Figura 2: Relação entre os raios de atendimento máximo de espaços livres de lazer e recreação.

Fonte: Elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

- KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. Áreas Verdes De Recreação. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, SP, n. 21, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/download/40254/43120>>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- MARANGONI FILHO, M. **Planejamento, Estatuto Da Cidade e o Espaço Urbano De Mogi Guaçu - SP**. 2010. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- MARSHALL, J. D.; BRAUER, M.; FRANK, L. D. *Healthy neighborhoods: walkability and air pollution. Environmental health perspectives*, Rockville Pike, Bethesda, USA, n. 11, p. 1752–9, 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20049128>>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- MASCARÓ, J. L. **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Masquatro, 2008.
- MAYMONE, M. A. A. **Parques Urbanos- Origens, Conceitos, Projetos, Legislação e Custos de Implantação** Estudo de Caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.specom.2008.11.001>> Acesso em: 22 fev. 2018.
- MUMFORD, E. **The CIAM discourse on urbanism**, 1928- 1960. Cambridge: The MIT Press. (2000).
- NOVAES, R. D.; MIRANDA, A. S.; DOURADO, V. Z. Velocidade usual da marcha em brasileiros de meia idade e idosos. **Revista brasileira de fisioterapia**, São Carlos, SP, p. 117–122, 2011.
- PACHECO, J. B. O Conceito Geografico de Bairro: uma aplicação à questão do Sítio Campinas/Basa e da Ilhinha. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis do Maranhão, MA, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3702>>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- PIPPI, L. G. A. Et al. A Dinâmica dos Espaços Livre Intra-urbanos da Cidade de Santa Maria - RS. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, [s. l.], n. 29, p. 189–225, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/85315/88116>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- REGO, R. L. Unidade de vizinhança: um estudo de caso das transformações de uma ideia urbanística. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Maringá, PR, p. 401–413, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692017005005101&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 maio. 2018.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4



9 788572 474474